



# PROJECTO EUROPA

Setembro 1996

DIRECTOR: António d'Orey Capucho

**Carlos Costa  
Neves**

no debate sobre os  
**Direitos do Homem  
na Indonésia**

Com uma frequência dramática o Parlamento Europeu denuncia e repudia o total desrespeito da Indonésia pelos direitos humanos.

De cada vez que se volta ao assunto, a situação agravou-se e não só em Timor-Leste.

O que mais terá de acontecer para que cessem as vendas de armas àquele país por parte de Estados Membros da União Europeia?

Não é pragmatismo político; é proporcionar meios para a repressão.

E o que dizer das palavras ditas reunião a reunião a favor do respeito pelos direitos humanos, seguidas de manifestações de apreço?

São justas as sucessivas manifestações do Parlamento Europeu repudiando a situação na Indonésia. Contudo, ou a União Europeia, como um todo, assume a posição do Parlamento Europeu ou o crédito que penso merecermos será claramente abalado.

Neste contexto, por quanto mais tempo se adiará a tomada de uma posição comum, com consequências ao nível das relações políticas e económicas, face à situação na Indonésia?

**Helena Vaz da Silva**  
no debate sobre o  
**serviço público de televisão**

Defender o serviço público na televisão é uma evidência e um dever. Confundir serviço público com televisão pública é uma inconsistência e um erro.

O serviço público pode e deve ser assumido por operadores públicos e privados. Deverá também estar presente em todos os sistemas de transmissão, digital ou analógica, por cabo ou por satélite. É dever dos estados membros criar condições para que assim seja. É dever dos operadores ter um sentido social da sua função e assumir as obrigações que isso implica.

Quais são as prioridades para um serviço público na União Europeia? Oferecer qualidade e diversidade, constituindo-se como ponto de referência cultural. Informar e estimular o debate de ideias, consolidando o sentido de cidadania. Contribuir para o reforço do espírito europeu, difundindo produtos de várias origens e fomentando intercâmbios e co-produções entre estados membros. Promover formas de acesso de grupos de cidadãos à antena para além do tradicional esquema do tempo concedido a partidos e parceiros sociais, contribuindo para uma renovação do próprio exercício da democracia.

O serviço público na televisão é um conceito fundamental numa sociedade democrática. Mereceria referência no Tratado da União, agora em revisão. Não é justo nem útil que o limitemos a operadores públicos. Se os operadores privados colaborarem, ousa afirmar que a televisão pública, tal como hoje a conhecemos, tem os dias contados.

**boletim informativo do grupo parlamentar europeu do PSD**  
(editado com o patrocínio do grupo liberal, democrático e reformista do parlamento europeu)

# Não pode existir moeda única sem os consumidores

por Emma Bonino, membro da Comissão Europeia

Sem os consumidores nunca poderá existir moeda única. Devemos ser realistas: a moeda única só poderá existir se os consumidores a aceitarem. Ela será para cada um deles a tradução física, concreta, do facto de pertencerem à União Europeia.

O primeiro dia da União Monetária é daqui a menos de três anos. Nesse dia, as taxas de câmbio serão fixadas em termos definitivos e dois ou três anos depois serão introduzidas as moedas e as notas em "Euro".

Gostaria de chamar a atenção para duas etapas muito importantes para os consumidores.

## 1ª etapa: convencer os consumidores

Os nossos concidadãos deverão estar convencidos da necessidade e do interesse da mudança da moeda. É óbvio que todos os que viajam se apercebem do seu interesse imediato. E os outros consumidores? A minha mãe, por exemplo, nunca faz viagens ao estrangeiro nem compras fora do país. Como convencê-la da utilidade de uma nova moeda única? Hoje, a unidade monetária de base em Itália é a lira; amanhã, será o euro, que vale actualmente cerca de 2 000 liras (com o nome ecu e sendo 1 ecu = 196 escudos). É pois preciso começar a fazer contas.

Para os consumidores «sedentários», as vantagens da moeda única relevam do domínio macroeconómico, nomeadamente:

- transparência dos preços;
- abolição do risco de câmbio;
- diminuição dos custos de intermediação financeira;
- uma moeda mais estável relativamente às outras divisas internacionais;
- menos inflação.

Na realidade, até os consumidores que não viajam são afectados pelos custos da não existência da União Económica e Monetária, uma vez que compram bens e serviços que viajam e que, portanto, são afectados pelos problemas encontrados pelos turistas europeus. No entanto, serão as dificuldades práticas que afectarão em primeiro lugar os consumidores. Qual será, por exemplo, o nome dos decimais do euro? Vários países europeus, entre os quais o meu, não possuem decimais,

nem cêntimos, na respectiva divisa nacional. A introdução de decimais também exige explicações, e é sobretudo urgente conhecer o seu nome.

## 2ª etapa: preparar a introdução do Euro

A segunda etapa é simultaneamente mais simples e mais difícil. É necessário preparar a introdução do euro e, como é evidente, há muito trabalho a fazer no domínio técnico, jurídico, contabilístico. Mas o verdadeiro problema é a preparação dos consumidores. Para tal, devemos reflectir na ideia de «moeda de educação», a moeda em que aprendemos a contar, que usamos para apreciar o valor das coisas.

Em Bruxelas encontro pessoas que vivem na Bélgica desde há dez anos e que utilizam diariamente os francos belgas. No entanto, quando se trata de apreciar um determinado preço, ainda fazem a conversão para a moeda do seu país de origem, dado que precisam de voltar à moeda em que foram educadas. A moeda de educação constitui o grande desafio da introdução do Euro.

A passagem para os novos francos registada em França em 1960 é um bom exemplo da dificuldade de introdução de novas unidades monetárias. Quantos franceses não continuam a referir-se aos francos antigos, em circulação antes de 1960? Em contrapartida, a decimalização de 1971 no Reino Unido constitui talvez um modelo a utilizar. Após uma preparação extremamente cuidada de mais de cinco anos, foi possível limitar a circulação simultânea das duas moedas apenas a cinco dias. Para esse fim, foram mobilizados meios consideráveis nos domínios da informação, da formação e da educação.

Devemos realizar com êxito a introdução da nova moeda a nível dos consumidores. A preparação deve começar desde já. Temos de compreender as reticências e dar-lhes respostas adequadas.

Devemos encontrar soluções práticas e concretas para os problemas colocados.

É necessária uma mensagem clara e focalizada sobre as «técnicas» de introdução do euro e não sobre as tomadas de decisões, políticas e emocionais, referentes por exemplo ao respeito dos critérios de Maastricht.

## Helena Vaz da Silva

sobre a igualdade de tratamento

(...) a igualdade de tratamento entre os sexos é a meu ver, sobretudo, igualdade de oportunidades e igualdade de responsabilidades. Por isso, eu gosto da palavra paridade. Ela exprime um conceito de coexistência entre homens e mulheres baseado numa partilha de direitos - o acesso - e de deveres - as tarefas - mantendo intactas as diferenças de perspectiva e de actuação que possam caracterizar umas e outras.

(...) É preciso que a Conferência

Intergovernamental modifique o Tratado no sentido de incluir o direito fundamental da igualdade entre os sexos, mas é preciso mais ainda. As directivas não são nada se não tiverem por trás uma vontade política dos Estados e uma consciência social dos cidadãos. No caso da igualdade, falta ainda, infelizmente, esse pequeno tudo.

## Eurico de Melo

sobre a situação política na Turquia

Na oportunidade e activamente, assumi a defesa da assinatura do acordo comercial entre a União Europeia e a Turquia. Era minha convicção que esse acordo seria, para além dos aspectos económicos, um instrumento de pressão política que ajudaria e em parte obrigaria a Turquia na procura de uma solução política para o problema de Chipre, na evolução da situação democrática e dos direitos do Homem e no caminho de uma resolução política para o problema curdo. (...) acho oportuna esta resolução, como sério aviso ao Governo Turco. Mas, também, para mostrarmos ao Conselho e à Comissão, que o Parlamento está

e estará sempre atento ao cumprimento integral do tratado com a Turquia.

## Nélio Mendonça

sobre as medidas de combate ao desemprego

(...) a assunção e a importância dos níveis regionais e locais como núcleos fundamentais do tecido sócio-económico, poderá

# discurso directo

determinar uma das apostas mais humanizadas e animadoras no vasto leque de soluções que se procuram para o gravíssimo problema do desemprego.

(...) defendemos a aposta no empenhamento dos agentes directos para a identificação e o desenvolvimento do emprego a nível local e no potencial, que em matéria de criação de emprego se contém em alguns grandes domínios, como os serviços ligados ao quotidiano, os serviços ligados aos tempos livres e à cultura, os ligados ao ambiente e à habitação, mas ainda em muitos outros domínios adequados para satisfazer novas necessidades (...)

## Costa Neves

sobre as assimetrias regionais

(...) Portugal aproxima-se das médias europeias, mas não todas as suas regiões da mesma forma (...) há assimetrias regionais que se têm vindo a agravar (com especial incidência em todo o interior, nas zonas litorais exteriores às grandes concentrações urbanas e nas zonas insulares ultraperiféricas) pelo que

saliento a importância de atender de forma especial a estas regiões, designadamente por um reforço nos investimentos em infraestruturas básicas e em estruturas produtivas que contribuam para a fixação das populações e evitem crescentes fenómenos de desertificação humana.

## Carlos Pimenta

sobre o "turismo" de resíduos

(...) É de elementar justiça que os países industrializados eliminem e reciclem o seu próprio lixo, aliás como está previsto em todos os princípios que governam a política de gestão de resíduos, nomeadamente no princípio da proximidade, da prevenção e do poluidor-pagador.

(...) Não podemos permitir que a nossa legislação contenha mecanismos de fuga, como é o da reciclagem de resíduos.

(...) em Portugal vivemos, infelizmente, a experiência do falso *eldorado* da reciclagem de sucata de metal: uma vez feitas as análises verificou-se que estávamos afinal perante lixo altamente tóxico. É tempo de acabar com isto.

## Costa Neves

sobre a burocracia

Não esqueçamos que a complexidade de processos é um dos terrenos mais férteis ao crescimento da fraude e da corrupção. A simplicidade de processos, em contrapartida, é o que melhor permite o efectivo combate a estes fenómenos.

(...) a acção a desenvolver é permanente. Nunca se poderá considerar que o que há a fazer está feito e descansar na sua contemplação. Seremos tanto mais eficazes quanto mais efectivas e articuladas forem as acções aos vários níveis - da União Europeia ao Poder Local.

# A Sociedade de Informação

A surpreendente velocidade com que estão a evoluir as tecnologias da informação e da comunicação irá provocar uma mutação política e social de tal envergadura que já se fala numa terceira revolução industrial, que nos conduzirá à chamada sociedade da informação. As novas tecnologias proporcionam à UE alguns dos meios de que precisa para tentar resolver os problemas prementes, como, por exemplo, a manutenção da competitividade europeia, a diminuição do desemprego de longa duração e a protecção do ambiente.

## O que é a sociedade da informação?

Embora a ideia de considerar a informação um bem comercial não seja uma «invenção» da sociedade da informação, são as novas tecnologias da informação e da comunicação que vêm revolucionar a noção de «valor acrescentado» da informação. A descida dos preços dos equipamentos terminais (PC, modem, telefone, etc.) e dos programas informáticos acelera a expansão das tecnologias, aumentando assim o número de utilizadores. As condições para que isto suceda são:

- o registo a baixo custo de grandes volumes de dados em suportes de dados, por exemplo através de scanners;
- o armazenamento de dados em memórias electrónicas de grande capacidade, como por exemplo os discos duros;
- computadores de alta velocidade para processamento da informação;
- programas conviviais para a busca e interconexão de ficheiros;
- tecnologias de transmissão que permitam transferir dados com a maior rapidez possível.

Com o acesso à informação armazenada em todo o mundo e, sobretudo, com a capacidade de combinar e analisar grandes quantidades de dados, é possível criar novos conhecimentos que representam um valor acrescentado. A informação torna-se o principal produto da sociedade da informação.

Vantagens: surgem novas profissões e novos mercados; as novas tecnologias descongestionam o ambiente, pois as redes electrónicas substituem as vias de comunicação tradicionais; as regiões periféricas ligam-se aos centros, sem necessidade de aumentar o tráfego; as novas possibilidades de aquisição de conhecimentos permitem encontrar respostas inovadoras para os problemas do futuro.

Possíveis riscos: os consumidores não utilizarem os novos serviços electrónicos propostos; os empregados e os empregadores não se entenderem acerca das novas formas de organização do trabalho (teletreabalho, etc.); os postos de trabalho serem deslocados para países terceiros com custos empresariais inferiores e níveis insuficientes de protecção de dados; o acesso à informação não estar distribuído equitativamente entre os cidadãos da União; o conhecimento tornar-se um instrumento de abuso de poder.(...)

## Potenciais novos serviços

As novas tecnologias estão a criar grandes potencialidades para novos serviços. Em muitos casos, basta dispor de um computador e de uma linha telefónica, o que significa que os custos de investimento são pouco elevados. Uma vez que as tarifas para transmissão de dados também são relativamente baratas, os investimentos passam a ser mais acessíveis para os países com escassez de oferta de capital, sobretudo se os compararmos com o custo da construção de uma instalação fabril completa.

Os países da UE estão perante um enorme desafio. Apesar de dois terços dos habitantes do planeta nunca terem utilizado um telefone, há que considerar o desenvolvimento da sociedade da informação em termos globais. A União Europeia não tem alternativa senão criar as infra-estruturas necessárias para não se deixar ultrapassar pelo crescimento do mercado da informação.

*Retirado do suplemento — "A Europa sem Fronteiras", n.º 7/8-1996*

# Seminário Internacional sobre "Comércio e Ambiente"

Promovido pela GLOBE e pelo Príncipe Aga Khan realizou-se nas instalações do Parlamento Europeu, em Bruxelas, um Seminário Internacional sobre Comércio e Ambiente.

Carlos Pimenta, Presidente da Globe-Europa e relator deste Seminário, considera "fundamental que a primeira reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio, que se realiza em Dezembro, em Singapura, implemente os pontos relativos ao Ambiente que constam dos Acordos do Uruguai Round assinados em Marraquexe".

Com efeito, em Marraquexe, foi formalmente criado o Comité de Comércio e Ambiente e estabelecida a agenda para este Comité para ser presente à reunião de Singapura.

Das questões em agenda, Carlos Pimenta, salienta "as medidas ambientais relacionadas com o comércio e os acordos multilaterais sobre o ambiente, de que os mais importantes são a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Empobrecem a Camada de Ozono e a Convenção de Basileia sobre o Controlo dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação". Segundo Carlos Pimenta "existe o perigo de que as restrições ao comércio legitimamente impostas pelos países em aplicação das disposições destas importantes convenções internacionais possam ser declaradas ilegais pela Organização Mundial do Comércio".

Para Carlos Pimenta "os progressos realizados no âmbito deste programa só podem ser descritos como medíocres. Se esta lamentável situação não for significativamente melhorada, existe um risco real de quebra de coligação política entre os que defendem o sistema comercial multilateral e os que defendem a protecção do ambiente a nível global".

Neste Seminário, cuja sessão de abertura foi presidida pelo Presidente da GLOBE Internacional, Tom Spencer, e por Sua Alteza o Príncipe Sadruddin Aga Khan, participaram especialistas do Programa de Ambiente das Nações Unidas, de Organizações Não Governamentais e representantes do Parlamento Europeu, da Comissão Europeia e dos Estados Membros.

**PROJECTO EUROPA**

rue Belliard, 97-113 1040 Bruxelles  
tel 2845551\*fax 2849551